



ANÁLISE

Estudar antes de reformar



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Esta é uma semana repleta de acontecimentos e notícias dignas de realce.

Depois da visita da chanceler Merkel a Portugal, o país está hoje a meio gás, em consequência de uma greve geral, com réplicas em outras nações europeias.

A rua continua a desdobrar-se em diversas ações de protesto, umas mais, outras menos coordenadas, ao mesmo tempo que prossegue nova avaliação da “troika”.

E, neste particular, as novidades estão longe de ser otimistas.

Nesta sexta visita os avaliadores vão ser informados pelo Governo que os objetivos traçados não foram alcançados. Apesar disso, contradição suprema, o executivo persiste na receita. Nem mais tempo, nem mais dinheiro. Provavelmente mais austeridade.

A revisão das projeções de crescimento para 2013, a última das quais protagonizada pelo Banco de Portugal é reveladora do que nos espera. Os portugueses vão sofrer um abalo quando verificarem o modo como se evaporou uma parcela do seu salário líquido no ordenado, relativo ao mês de janeiro. Mas nem essa sobrecarga fiscal impede que as receitas tributárias continuem em acentuada descida.

O tudo ou nada acontecerá, previsivelmente, em abril, quando for divulgado o resultado da execução orçamental do primeiro semestre. Até a esse momento da verdade, aguarda-se a discriminação dos cortes na propalada «re-fundação» do Estado. Infelizmente, trata-se de uma reforma que está a começar a ser feita pelo telhado, ignorando-se a reforma da contabilidade pública, um passo fundamental para inaugurar um novo estado de coisas, rompendo com décadas de sucessivos equívocos governamentais. Esta etapa crucial para decidir que cortes fazer na despesa pública devia traduzir-se na obtenção da informação dos custos do seu financiamento para assim analisar o retorno do seu funcionamento. No fundo, aliar ao rigor, uma informação completa, definindo uma estrutura de custos, os setores onde cortar e o seu

impacto social. Foi feito algum estudo desta natureza? Não creio. E isto arrasta-se há anos. O Estado negligencia a sua própria organização interna, o que facilita atropelos à lei e a não fundamentação das despesas de muitos organismos de uma máquina cada vez anquilosada.

Fiel à sua missão de contribuir com propostas para a melhoria da dinâmica social e da vida em comunidade, a Ordem entregou no mês passado um estudo ao primeiro-ministro que defende a introdução de um novo modelo que permite medir a eficiência das contas públicas.

As contas públicas estão de pantanas, por ação ou omissão, desbravando-se terreno fértil para o regabofe que teve como corolário a grande crise que atravessamos.

O objetivo que este Governo traçou é, no mínimo, hercúleo.

Arrumar em dois anos uma casa que está há décadas completamente desorganizada. Sem uma ação metódica e coerente, pior ainda. Querer reformar sem uma preparação conveniente, é como fazer um exame estudando na véspera. Tem tudo para correr mal.

É preciso acabar com a lógica de um Estado que exige organização aos cidadãos e às empresas, mas é a primeira entidade a dar exemplos pouco recomendáveis.

Só com transparência e organização das contas públicas é possível explicar com clareza aos contribuintes as razões que estão na origem do enorme aumento de impostos. ■

Artigo redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico

Querer reformar sem uma preparação conveniente, é como fazer um exame estudando na véspera. Tem tudo para correr mal.